

movimentos, resistências específicas. Assim, considerando a particularidade da experiência indígena e a historicidade na qual se insere, o caminhar dialético com os Q'om nos propõe repensar as representações e práticas corporais dos povos das terras baixas da América Latina. Visando um intercâmbio entre os estudos amazônicos e os do Chaco. Finalmente, a autora atravessa o desafio epistemológico e político de assinalar similitudes entre distintas experiências humanas com o corpo, a história e o poder. Portanto, é representativa a foto da capa, em que o movimento da caminhada nos situa no caminho histórico e nos abre os caminhos da liberdade, esperando, numa "ilusão política", que as pegadas doqshi já não borrem as dos Toba, e que os textos dos antropólogos já não falem dos povos, mas *com eles e para eles*.

FERREIRA, Eliane Fernandes. 2009. *Do arco e flecha ao "arco digital". Os indígenas do Brasil e a internet*. 253 pp.

Jens Schneider

Universidade de Amsterdã

A internet representa um dos símbolos mais fortes das mudanças globais (e globalizantes) do mundo com base em novas tecnologias nos últimos 15 anos. O tema "indígenas e internet" gera então uma forte contradição – pelo menos na percepção mais comum do mundo não indígena sobre o mundo indígena. A internet simboliza velocidade e flutuação, um aparecer e desaparecer, uma antítese à continuidade e à sustentabilidade. Pelo lado dos indígenas, há o insistir em tradições e sustentabilidade, desaceleração e simplificação. Eliane Fernandes

Ferreira escolheu um tema que não só por si mesmo é fascinante, mas que também se oferece como poucos outros para criticamente abordar discursos dominantes na antropologia, nas políticas de desenvolvimento e na mídia sobre autenticidade cultural, mudanças culturais e a suposta tensão entre a modernidade (ocidental) e a tradição (indígena). Já no primeiro capítulo, Ferreira deixa claro que a internet e seu uso pelos indígenas não representam um fenômeno totalmente novo. O uso de gravadores a partir dos anos 1970 e de câmeras de vídeo nos anos 1980 já tinham mostrado que os indígenas de fato já não viam nenhuma contradição entre a preservação de tradições e a adaptação de novas tecnologias.

De fato, ativistas indígenas no mundo inteiro descobriram e incorporaram a internet e o correio eletrônico bem cedo, em alguns casos até antes do uso comum nas universidades! O estudo breve da autora sobre o uso da internet entre indígenas norte-americanos revela que 90% das comunidades indígenas no Canadá estão conectadas à internet: destas quase a metade tem conexões de alta velocidade. Comparando-se ao ano de 2004, do qual são tirados estes números, na Alemanha só 17% das pessoas tinham acesso à internet com conexão de alta velocidade. O fato de no Brasil muito menos comunidades indígenas estarem conectadas à internet representa, porém, mais uma questão de acesso devido a problemas de infraestrutura e de recursos do que de uma suposta falta de "abertura cultural".

A descrição da breve história da introdução da internet em comunidades indígenas no Brasil e de alguns projetos pioneiros mostra quão importante foi o papel de mediadores e patrocinadores não indígenas, como também dos provedores de internet. Quase todos os projetos precisaram de apoio de ONGs

e de ativistas não indígenas e até do governo brasileiro nos centros urbanos, ou foram iniciados por estes últimos. O ceticismo de muitas comunidades indígenas diante de computadores e da internet é expressão da situação dos indígenas no país – desde a não percepção pela sociedade majoritária até os inumeráveis conflitos pelo direito à terra, que na maioria dos casos os situaram na posição de perdedores.

Eliane Fernandes Ferreira joga luz sobre estas questões tanto de forma geral quanto concreta. O relatório detalhado da autora sobre sua pesquisa etnográfica em projetos no Acre mostra muito bem como as questões gerais se refletem nas decisões individuais ou coletivas a favor ou contra a internet. Ao mesmo tempo, a participação no desenvolvimento digital no Brasil significa cada vez mais uma questão de “sobrevivência social”: vai desde a declaração de impostos até o comércio eletrônico como alternativa à comercialização de produtos indígenas.

A autora também aborda com êxito as percepções da sociedade majoritária. Evidentemente, as comunidades indígenas não vivem em um vácuo social, por isso a identidade indígena é reativa e reflete os conceitos da sociedade geral nela projetados. Neste aspecto, o Brasil também é um bom campo de pesquisa, e a digressão referente ao movimento modernista brasileiro é bem interessante. Como em muitos outros países, os intelectuais brasileiros da década de 1920 se orientavam sobretudo de acordo com os acontecimentos originados em Paris (e na Europa) e se influenciavam pelo seu futurismo. Pode soar como uma ironia estranha, mas foi o futurismo que levou Oswald e Mário de Andrade a se interessarem pela cultura indígena brasileira como algo específico e único do país. No seu famoso “Manifesto antropofágico”,

Oswald de Andrade reivindicava a radical incorporação de elementos indígenas à identidade nacional brasileira.

Obviamente, esta última não se tornou mais “indígena” devido a isso – seria legítimo até mesmo indagar se a recepção (ou a incorporação) de alguns elementos das culturas indígenas alguma vez chegou a ultrapassar o nível de simples caricatura. Mas a identidade brasileira ganhou autoconfiança por meio do mecanismo da “antropofagia cultural”. Agora, com a internet, é possível que os indígenas brasileiros façam uso do mesmo mecanismo, porque esta tecnologia oferece uma variedade de possibilidades de fortalecimento da própria identidade até então muitas vezes pouco ou nada valorizada – pelo menos, é isto o que a autora espera. Desde a criação de redes políticas até cursos *on-line* para professores e agentes agroflorestais indígenas, a internet torna muitas coisas possíveis. Notável também é o fato de todos os atores ao mesmo tempo enfatizarem as maiores possibilidades de uma comunicação intercultural tanto entre comunidades indígenas quanto entre indígenas e não indígenas.

Um ponto crítico do livro é que pouco se fala das fissuras causadas pela questão da adaptação de práticas culturais não indígenas dentro das comunidades indígenas. Obviamente as comunidades não são unidades homogêneas nem estão sempre à procura de harmonia. Em muitas comunidades indígenas no mundo inteiro há esta contradição básica entre “tradicionalistas” e “modernistas”. Os exemplos etnográficos do volume mostram que os projetos e os ativos são vistos de forma ambivalente, mas o livro não apresenta comunidades que decididamente se opuseram à introdução de computadores e da internet.

Finalmente, seria interessante saber mais sobre o papel da discussão a respeito de páginas e conteúdos da *web*

problemáticos nos cursos de computação. É patente que estes últimos são vistos como uma necessidade e pré-condição para o acesso à internet e que obviamente se vê na aproximação espontânea e “ingênua” um perigo. Como se lida nas comunidades e também nos cursos preparatórios com uma possível “atração” por (ou advertência contra) jogos *on-line* e sites pornográficos?

O estudo de Ferreira chega bem a tempo porque documenta o início de um processo altamente dinâmico. Cabe esperar que os seus resultados formem um ponto de partida para mais estudos no campo e que também estejam acessíveis em breve no Brasil.

KUPER, Adam. 2009. *Incest and influence: the private life of a Bourgeois England*. Cambridge e Londres: Harvard University Press. 296 pp.

Christiano Key Tambascia

Pesquisador do Núcleo de Estudos de Gênero (PAGU) – Unicamp

O mais recente livro de Adam Kuper, *Incest and influence*, coloca em evidência uma antiga preocupação antropológica acerca das regras de parentesco na constituição da estrutura da vida social. Entretanto, menos que uma análise de costumes, comportamentos e normas de aliança em sociedades que usualmente são objeto de atenção dos antropólogos – sejam elas as chamadas sociedades “primitivas” ou “tradicionais” – Kuper assinala, acertadamente, a íntima relação que a reflexão sobre o parentesco estabelece com a própria concepção dos antropólogos sobre o que, de fato, constituiria a “civilização” (compreendida, geralmente,

em termos comparativos com o que seria considerado “selvagem”).

Ao fazer da burguesia britânica vitoriana o foco de seu estudo, o autor realiza um interessante exercício de empatia etnográfica – sem exatamente tornar exóticas as estratégias de casamento dessa burguesia, mas ressaltando a relevância da análise antropológica voltada para a sociedade ocidental.

Tal procedimento talvez pudesse causar certo estranhamento inicial – mesmo que seja possível argumentar a favor de uma “etnografia do passado”, como se houvesse uma correlação entre a distância histórica e a dos territórios que se constituíram como o campo de trabalho dos antropólogos. Talvez o leitor também fique surpreso com o novo tema de suas pesquisas (uma etnografia da aliança na sociedade vitoriana) – em parte pelo fato de Kuper aparentemente se distanciar das preocupações africanistas ou sobre a história da disciplina (ainda que um leitor mais atento de sua obra perceba que o antropólogo já havia se aventurado, em certa medida, na investigação sobre a relação entre incesto e a constituição da “autoridade temporal” das ciências humanas, evidenciada na sua preocupação sobre os costumes “primitivos”, a mentalidade e mesmo os estudos bíblicos), mas também por tomar como questão uma das bases da antropologia moderna que parece sofrer profundas transformações com as críticas pós-estruturalistas desenvolvidas, por exemplo, nos recentes estudos sobre gênero e família. Afinal, as discussões sobre tecnologias de reprodução, novos arranjos familiares e controvérsias sobre o corpo e a autonomia do indivíduo pareciam relegar os debates clássicos sobre estruturas de parentesco para os cursos de história da antropologia (ainda que atualmente esteja em curso um repensar sobre as teorias de parentesco para lidar com exemplos etnográficos contemporâneos).